



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

AS VARIAÇÕES DIALETAIS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: PROBLEMA OU SOLUÇÃO?

Danielle dos Santos Mendes Coppi

Universidade Estadual da Paraíba – PROFLETRAS – dsmcoppi@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho aponta para o ensino de Língua Portuguesa conforme a perspectiva sociolinguística. Para tanto, foram consultados os PCN de Língua Portuguesa (1998), PDE/Prova Brasil (2011), bem como os escritos de autores como Bagno (2007) e Martins (2013), os quais discorrem acerca do ensino de Língua Portuguesa em compasso com a real utilização que o educando faz da língua em contextos sociais diversos. O foco deste trabalho consiste em compreender a dinâmica do ensino de Língua Portuguesa de acordo com a concepção variacionista da língua, o que impulsiona uma reflexão acerca de práticas pedagógicas que não contribuem para desenvolver no educando uma competência linguística livre de preconceitos. Nessa direção, pretende-se evidenciar a importância de novas práticas de ensino, que permitam ao educando enxergar a língua para além da sua sistematização, assim como apresenta-se uma análise de respostas a questões sobre “Variação Linguística” da Anresc/Prova Brasil de Língua Portuguesa aplicada em 2011 com vistas a ampliar nossa discussão.

Palavras-chave: Ensino, Língua Portuguesa, Variação, Sociolinguística, Prova Brasil.

INTRODUÇÃO

Muito se discute sobre o ensino de Língua Portuguesa na educação básica do Brasil. No que tange à variação linguística, muitas vezes é considerada inadequada ao contexto escolar, ou seja, docentes e discentes a interpretam como “erro linguístico”. Nesse sentido, já que a língua estabelecida como padrão, de certa forma, distancia-se da língua que o educando utiliza nas interações cotidianas, o mesmo sente-se desestimulado e incompetente quanto ao estudo de Língua Portuguesa, já que as variantes que diferem da norma padrão, muitas vezes, são estigmatizadas tanto na escola como em outros espaços sociais. Essa problemática distancia o educando cada vez mais do acesso ao conhecimento linguístico do qual ele necessita como cidadão.

O estudo que realizamos, neste trabalho, discute sobre o ensino de Língua Portuguesa enfatizando, sobretudo, o espaço e tratamento oferecido às variações linguísticas em contexto escolar, além de ressaltar o propósito da Prova Brasil, uma das avaliações da educação básica, quanto à heterogeneidade linguística.

Com base em alguns autores como Bagno (2007) e Martins (2013) procuramos perceber como é visto o processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa no Brasil, observando as causas dos problemas que quase sempre são agravados pela falta de preparo dos docentes.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Diante disso, pretendemos demonstrar que é possível despertar o interesse dos educandos para o estudo de Língua Portuguesa, por meio do trabalho com as variações linguísticas, levando-os a perceber que o objeto de estudo da referida disciplina é a língua, instrumento do qual são usuários na vida cotidiana, ressaltando, assim, que o conhecimento linguístico vai além da questão gramatical e este conhecimento é considerado relevante quando contribui com o processo de funcionalidade da língua. Seguindo a ideia de trabalhar a língua em seu aspecto funcional, Martins (2013, p.39, grifos da autora), destaca que:

Na perspectiva de uma prática pedagógica funcional, que conecte as abordagens didáticas aos usos da língua em situações interacionais, cogita-se um tratamento didático de base reflexiva para os conhecimentos necessários ao domínio competente da língua nas experiências vividas pelos falantes. Ao considerarmos essa dimensão interacionista de vivência pedagógica, concebemos o docente como promotor de um ensino de língua que prepare o aluno, desenvolvendo, efetivamente, suas habilidades de linguagem. Isso representa a possibilidade de adquirir conhecimentos tanto relacionados a **saber a língua** como **saber sobre a língua**.

Nesse contexto, percebemos que o ensino de língua materna só será eficaz para o educando se lhe for útil em suas interações linguístico-cotidianas.

Acredito que nossa pretensão em pesquisar sobre sociolinguística e ensino será relevante para o nosso aprendizado enquanto estudiosos da língua, assim como para melhoria do ensino de Língua Portuguesa, despertando nos graduandos de Letras e professores de Língua Portuguesa – possíveis leitores deste trabalho – o interesse pelo tema e a consciência da importância do trabalho acerca da Variação Linguística com seus alunos.

METODOLOGIA

Iniciaremos a nossa pesquisa à luz de Bagno(2007), Martins(2013), entre outros, buscando respaldo teórico que aborde a temática aqui discutida. Em seguida, analisamos algumas questões da PROVA BRASIL (2011) sob a perspectiva da variação linguística, o que nos possibilitará evidenciar a existência de um desacordo entre as novas tendências de ensino de Língua português-pautadas na teoria sociolinguística-e o que, na verdade, ocorre nas aulas de Português de muitas escolas brasileiras, ou seja, o ensino da norma gramatical para “corrigir” os “erros” linguísticos.

Nessa direção, ressaltamos a importância de que a escola contemple em suas práticas pedagógicas a heterogeneidade linguística, pois dessa forma, será possível evidenciar a dinamicidade da língua, além de colaborar com o desenvolvimento do letramento dos educandos nos diversos contextos comunicativos.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

1. As variações dialetais no ensino de Língua Portuguesa

A variação dialetal é uma realidade da língua, seja ela portuguesa ou qualquer outra, pois depende de sua construção cultural, ou seja, cada variação é fruto de seu meio e da dinamicidade da língua. A padronização linguística não é de forma alguma uma intenção geral da sociedade, é antes uma imposição de uma minoria economicamente privilegiada e que se acha detentora da melhor forma de expressão dialetal.

Um ensino de Língua Portuguesa que privilegia a gramática normativa em uma tentativa de eliminar as variações dialetais trabalha não em prol de uma educação democrática e inclusiva, mas, elitizada, seletiva e impositiva.

Diante dessa realidade, o que se pretende neste primeiro momento é discutir a questão do preconceito linguístico no ensino de Língua Portuguesa.

Percebe-se que o preconceito linguístico contribui com o maior problema educacional, que é a “aprendizagem”, na medida em que leva o educando a pensar a respeito do estudo de Língua Portuguesa como algo que não faz parte de sua realidade. Esse equívoco é comprovado quando o professor procura de forma preconceituosa eliminar, do falar do aluno, variantes que não correspondem ao padrão estabelecido na gramática normativa, alegando que tais variantes não existem na Língua Portuguesa.

Na verdade, é preciso que o professor assuma a postura de pesquisador da sua própria língua, pois ele precisará de conhecimentos científicos para, através de seus argumentos, convencer os pais de alunos, em sua grande maioria “defensores do estudo exclusivo de gramática normativa nas aulas de Língua Portuguesa”, e até mesmo os próprios alunos da relevância de estudar a língua na perspectiva sociolinguística.

Vale ressaltar que o Ministério da Educação evidencia a importância do trabalho com a abordagem variacionista, encontram-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais reflexões acerca do estudo de Língua Portuguesa que, se colocadas em práticas, com certeza resultará em melhoria no ensino. Nesse contexto, o professor, estudante da língua, não deve permitir o discurso “incoerente” de que os linguistas querem abolir o ensino da gramática, retirando do aluno o direito de acesso à norma de prestígio social.

Seguindo esse pensamento é preciso respeitar e valorizar o conhecimento linguístico que o educando já tem, sem, contudo, negar o acesso à aprendizagem da norma padrão; assim, de forma prazerosa, certamente o aluno sentirá interesse em aprender também a sistematização da Língua Portuguesa, tendo como suporte a gramática normativa. Sendo assim, o mesmo aplicará esses conhecimentos nas situações em que lhe forem pertinentes,



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

uma vez que a linguagem da norma gramatical não é aplicada em todas as situações comunicativas.

Na concepção da norma-padrão, a língua é um produto pronto e acabado que não está sujeito a nenhuma modificação, portanto é um modelo que deve ser aprendido por todos os falantes, como se os mesmos não tivessem nenhum conhecimento sobre esta língua.

Na realidade, a língua caracteriza-se como dinâmica, inconclusa, sendo utilizada perfeitamente pelo falante independente de seu nível de letramento. Ela se manifesta sobre diversas formas as quais surgem de acordo com fatores sociais, denominando-se de variedades linguísticas. Essas variedades são perceptíveis quando se analisa o uso real que os falantes fazem da língua. Os sociolinguistas enfatizam que, para se estudar a língua, se faz necessário também compreender os fatores sociais e históricos do ambiente em que ela é praticada. Sobre isso, Bagno (2007, p. 36) afirma:

Ao contrário da norma padrão, que é tradicionalmente concebida como um produto homogêneo, como um jogo de armar em que todas as peças se encaixam perfeitamente umas nas outras, sem faltar nenhuma, a língua, na concepção dos sociolinguistas, é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável, instável e está sempre em desconstrução e em reconstrução. Ao contrário de um produto pronto e acabado, de um monumento histórico feito de pedra e cimento, a língua é um processo, um fazer-se permanente e nunca concluído. A língua é uma atividade social, um trabalho coletivo, empreendido por todos os seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita.

Mesmo diante de tantas pesquisas científicas que comprovam que a eficácia do conhecimento linguístico não consiste no domínio exclusivo do padrão de língua disposto na gramática normativa, muitas escolas insistem em tratar a variação linguística como um problema que precisa ser eliminado do contexto escolar.

Geralmente quando a “Variação Linguística” aparece como temática na sala de aula, serve apenas como modelo do que não se deve praticar linguisticamente, ou seja, a maioria dos exercícios, assim como a argumentação do docente abordam a correção das variantes para a norma padrão e ainda enfatizam que para dominar as práticas de leitura e escrita basta o domínio das regras gramaticais, o que não pertence ao padrão são acidentes de percurso que não merecem relevância.

O interessante é que os grandes escritores não são necessariamente gramáticos nem estes por sua vez grandes escritores. Na crônica de Rubem Braga “Nascer no Cairo, ser fêmea de cupim”, o escritor ressalta que muitos dos conhecimentos que a escola exige do educando funcionam como uma espécie de adivinha, de pegadinha que servem para fazer o aluno odiar o estudo de Língua Portuguesa. A esse respeito, Bagno (2007, p.37) escreve:



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

[...] não tem sentido falar da variação linguística como um “problema”. Vira e mexe recebo mensagens de pessoas que perguntam como tratar em sala de aula o “problema da variação”. Podemos começar respondendo que o problema está em achar que a variação linguística é um “problema” que pode ser solucionado. O verdadeiro problema é considerar que existe uma língua perfeita, correta, bem-acabada e fixada em bases sólidas, e que todas as inúmeras manifestações orais e escritas que se distanciam dessa língua ideal são como ervas daninhas que precisam ser arrancadas do jardim para que as flores continuem lindas e coloridas!

Seria interessante que a escola tomasse uma postura diferenciada sobre o estudo da Língua, evidenciando os fatores diversos que interferem no processo de variação linguística como: origem geográfica, status socioeconômico, grau de escolarização, idade, sexo, mercado de trabalho, redes sociais, entre outros. Dessa forma, o aluno compreenderia que todas as mudanças que ocorrem na língua e diferem daquele padrão estabelecido na gramática têm uma justificativa coerente, ou seja, todas obedecem às regras de funcionamento da língua que podem ser explicadas, como diz Bagno, “Nada na Língua é por acaso”.

A posição geográfica em que o falante se localiza interfere na sua língua. Por exemplo, algumas regiões utilizam o termo “jerimum”, enquanto outras utilizam “abóbora”.

É evidente que um falante com o nível socioeconômico elevado, conseqüentemente, terá mais acesso à escolarização e à cultura “letrada”. Nesse contexto, sua fala será divergente da de um falante de baixa renda que trabalha o dia inteiro e não ganha o suficiente para sustentar a família, tendo pouco contato com a cultura letrada.

Vale destacar que o grau de escolarização relacionado ao status socioeconômico é o fator de maior impacto sobre a variação linguística no Brasil. Na maioria das vezes, o ensino de qualidade é destinado a um grupo reduzido da sociedade que possui maior poder aquisitivo. Percebe-se que há uma relação entre escolaridade e ascensão social, ou seja, os espaços de elevado prestígio social são ocupados, em sua maioria, por pessoas mais escolarizadas.

Até mesmo a idade do falante corrobora com a variação linguística, por exemplo, não utilizamos a mesma forma para falar com crianças, jovens e idosos. Na escola, o professor da educação infantil precisa fazer um arranjo linguístico para que a criança o compreenda. Até mesmo para contar uma história infantil, o professor não segue com exatidão o código linguístico prescrito no livro, caso contrário, não chamará a atenção da criança nem tampouco haverá compreensão. Certa vez um senhor me perguntou: Qual é sua graça? E eu demorei a entender que ele queria saber o meu nome.

O homem e a mulher também fazem usos diferenciados dos recursos linguísticos, por exemplo, muitas mulheres abusam dos diminutivos “amorzinho, queridinho”, ou seja, estes e muitos outros fatores explicam o motivo pelo qual a



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

nossa língua é eminentemente heterogênea, e não é coerente dizer que determinada forma linguística é melhor ou pior, pois, todas são utilizadas em contextos reais de uso da língua e devem ser abordadas no que tange ao estudo de Língua Portuguesa na perspectiva da língua como produto social.

É importante destacar ainda a variação estilística (ou de registro), pois além das divergências linguísticas entre grupos sociais, cada indivíduo varia o seu modo de falar e de escrever de acordo com a situação em que se encontra (de maior ou menor formalidade, de maior ou menor tensão psicológica etc.) independente de seu grau de instrução. Por exemplo, não escrevemos um recado para um parente da mesma forma como um e-mail para o nosso chefe no local de trabalho; assim como não conversamos com amigos em uma lanchonete da mesma maneira como falamos em uma entrevista de seleção para o mestrado. Segundo Bagno (2007, p. 45-46):

[...] todo e qualquer indivíduo varia a sua maneira de falar, monitora mais ou menos o seu comportamento verbal, independente de seu grau de instrução, classe social, faixa etária, etc. Trata-se de um comportamento que é adquirido muito rapidamente no convívio social, como é fácil verificar observando a variação dos modos de falar das crianças quando se dirigem a outras crianças da mesma idade, a crianças maiores, a adultos familiares, a adultos desconhecidos etc. [...] No caso do monitoramento da escrita, ele vai depender, é claro, do grau de (letramento) do indivíduo, [...]. Uma pessoa que foi alfabetizada, mas não ultrapassou os primeiros anos da escola formal nem criou o hábito de ler e escrever com frequência, certamente não vai dispor dos mesmos recursos de monitoramento estilístico, de alguém que cursou a universidade [...]

De acordo com os PCN de Língua Portuguesa, o preconceito linguístico é um problema social que precisa ser levado para escola com o objetivo de uma educação linguística com respeito e valorização das diferenças dialetais. Porém, esta concepção esbarra muitas vezes na resistência de indivíduos que são defensores do modelo tradicional de ensino, assim como na falta de formação adequada para lidar com esse novo modelo de ensino.

O que se pretende com essa nova postura linguística não é retirar do aluno o direito de dominar a variante padrão, pelo contrário, pretende-se contrapor esta variante às utilizadas em contextos informais, levando o aluno a perceber diferentes contextos comunicativos e adequar a linguagem a cada um deles, ou seja, de acordo com a abordagem variacionista, não é pertinente a noção de “erro”, mas sim de adequação às situações de uso como destacam os PCN (1998, p.31):

No ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e escrita, o que almeja não é levar os alunos a falar certo, mas permitir-lhes a escolha da forma de fala a utilizar, considerando as características e condições do contexto de produção [...].



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Para comprovar que há um descompasso entre o ensino tradicional de Língua Portuguesa – ainda atuante em muitas escolas – e as novas tendências pedagógicas embasadas nos estudos da Sociolinguística, será analisada a Prova Brasil aplicada em 2011, tarefa essa a ser realizada no tópico seguinte.

2. Uma análise da Prova Brasil com ênfase na abordagem variacionista da Língua

Diante da reflexão que foi feita a respeito da ineficácia do modelo tradicional de ensino de Língua Portuguesa, assim como da interferência negativa do preconceito linguístico no processo de ensino-aprendizagem, é importante destacar que a perspectiva de ensino tradicional de Língua Portuguesa não corresponde às reais necessidades dos educandos quanto ao desenvolvimento da competência linguística; ou seja, como a língua é um instrumento utilizado pelos sujeitos sociais, faz-se necessário, além de entendê-la como código sistemático, compreender o espaço social em que ela circula, assim como os sujeitos que a utilizam. Seguindo essa ideia de estudar a língua como fator social, percebe-se que não é possível analisá-la tendo como base um referencial linguístico homogêneo, pois, como reflexo de uma sociedade extremamente diversificada, a língua apresenta-se de maneira heterogênea.

Diante desta perspectiva, é essencial que a escola enfatize o viés variacionista no estudo de Língua Portuguesa. Uma vez que, além da formação de professores na área de Letras, evidenciar a importância do reconhecimento da diversidade linguística como característica cultural do nosso país, as provas a nível nacional reforçam ainda mais esta ideia, na medida em que exige dos educandos o conhecimento acerca da variedade linguística que engloba a utilização que os falantes fazem do instrumento língua na vida em sociedade.

Neste tópico, pretende-se analisar especificamente questões de Língua Portuguesa referentes à Variação Linguística que estão contidas na Prova Brasil aplicada em 2011.

A intenção aqui não é julgar a validade desse mecanismo de avaliação da educação, mas sim identificar como a temática Variação Linguística é abordada na referida ferramenta avaliativa e se existe um descompasso entre o que é cobrado na Prova e o que na maioria dos casos é ensinado nas aulas de Língua Portuguesa. Antes de se iniciar a análise das questões da Prova Brasil referentes à variação Linguística, fazem-se necessárias algumas considerações acerca do que é essa avaliação, quando e para quê foi criada, sendo assim, esse é o objetivo do subtópico seguinte.

2.1. O que é a Prova Brasil?

A Prova Brasil faz parte de um projeto governamental de implantar mecanismos de medição dos resultados da Educação Básica Nacional



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

que, segundo informações contidas no livro PDE/ PROVA BRASIL (2011, p. 9), é fruto de [...] “discussões iniciais sobre a importância de se implantar um sistema de avaliação em larga escala, no Brasil, [...] no período entre 1985 e 1986.” [...].

Tais discussões geraram em 1988, por parte do MEC, a institucionalização do Saep, Sistema de Avaliação da Educação Primária que mais tarde passaria a se chamar Saeb, substituindo-se a terminologia “Primária” pela “Básica”, isso devido às alterações realizadas na Constituição de 1988. Com a implantação do Saeb, o MEC teria a intenção de [...] “oferecer subsídios para a formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas, contribuindo, dessa forma, para a melhoria da qualidade do ensino brasileiro.” [...] (op. cit., 2011, p. 9).

A primeira avaliação do Saeb foi realizada em 1990 e, em 1992, tornou-se responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Inep. Em 1993 o segundo ciclo da avaliação foi posto em prática e vem, desde então, ocorrendo a cada dois anos.

Para se estabelecer o que se queria avaliar quanto às competências e habilidades que deveriam ser dominadas pelos educandos, no ano de 1993 [...] foram desenvolvidas as Matrizes de Referência [...] “permitindo uma maior precisão técnica tanto na construção dos itens do teste, como na análise dos resultados da avaliação.” [...] (op. cit., 2011, p. 9 -10).

Objetivando a formulação das Matrizes de Referência, foi realizada uma consulta a nível nacional acerca dos conteúdos ministrados nas escolas de ensino fundamental e médio. Em 2001, houve uma atualização das Matrizes de Referência para uma adequação aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN e, em 2005, surge a chamada Anresc (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar) ou “Prova Brasil” vinculada ao Saeb (PDE/ PROVA BRASIL, 2011).

A Anresc/Prova Brasil compõe, juntamente com a Aneb e a ANA, o mecanismo de avaliação da Educação Básica brasileira, ou seja, o Saeb.

A Anresc/Prova Brasil é direcionada apenas aos estudantes matriculados na 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano de escolas públicas com número superior a 20 alunos por série alvo da avaliação.

2.2. Analisando a Prova Brasil de Língua Portuguesa com ênfase na variação linguística

Nesse subtópico, pretende-se realizar uma breve análise da Prova Brasil de Língua Portuguesa, destacando algumas questões aplicadas referentes ao tópico VI Variação Linguística da Matriz de Referência da já citada prova.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A Matriz de Língua Portuguesa se divide em duas dimensões: a primeira corresponde ao “Objeto de Conhecimento” que se apresenta em seis tópicos, já a segunda denominada “Competência” refere-se aos descritores os quais correspondem às habilidades que são avaliadas em cada tópico. Para a 4ª série/5º ano, são selecionados 15 descritores; enquanto para a 8ª série/9º ano acrescenta-se mais 6, totalizando 21 descritores. Interessanos, nesse trabalho, o que está contido no tópico VI (Variação Linguística).

A seguir, serão analisadas duas questões que foram aplicadas na edição de 2011 da Prova Brasil. A questão abaixo, aplicada aos alunos da 4ª série/5º ano, foi extraída do livro *PDE/ PROVA BRASIL* (2011, p. 55):

Exemplo de Item:

Carta

Lorelai:

Era tão bom quando eu morava lá na roça. A casa tinha um quintal com milhões de coisas, tinha até um galinheiro. Eu conversava com tudo quanto era galinha, cachorro, gato, lagartixa, eu conversava com tanta gente que você nem imagina, Lorelai. Tinha árvore para subir, rio passando no fundo, tinha cada esconderijo tão bom que a gente podia ficar escondida a vida toda que ninguém achava. Meu pai e minha mãe viviam rindo, andavam de mão dada, era uma coisa muito legal da gente ver. Agora, tá tudo diferente: eles vivem de cara fechada, brigam à toa, discutem por qualquer coisa. E depois, toca todo mundo a ficar emburrando. Outro dia eu perguntei: o que é que tá acontecendo que toda hora tem briga? Sabe o que é que eles falaram? Que não era assunto para criança. E o pior é que esse negócio de emburramento em casa me dá uma aflição danada. Eu queria tanto achar um jeito de não dar mais bola pra briga e pra cara amarrada. Será que você não acha um jeito pra mim?

Um beijo da Raquel.
(...)

NUNES, Lygia Bojunga. A Bolsa Amarela – 31ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

Em “Agora tá tudo diferente:” (l. 7), a palavra destacada é um exemplo de linguagem

(A) ensinada na escola.
(B) estudada nas gramáticas.
(C) encontrada nos livros técnicos.
➡ (D) empregada com colegas.

Ilustração 1: Questão da Prova Brasil de 2011, aplicada aos alunos da 4ª série/5º ano.

Essa questão busca evidenciar que o vocábulo “tá” corresponde a uma das expressões linguísticas que o educando utiliza na interação social. Sabe-se que o texto é a materialização dos nossos discursos e já que a referida expressão está contida nele é porque, de fato, ela se realizou no ato comunicativo.

A proposta aqui é levar o aluno a perceber em que domínio social é possível utilizar a referida expressão em vez de “está”.

Vale destacar que não é perceptível, nessa questão, nenhum estigma para com a variante utilizada pelo locutor do texto quanto ao fato da mesma não corresponder ao padrão estabelecido na gramática normativa, ou seja, o objetivo consiste em avaliar se o educando reconhece tal expressão como legítima de sua língua, em que espaço social ela circula e quem é, no texto, o possível locutor que a utiliza, assim como para quem o texto foi destinado.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Seguindo a proposta citada acima, para que o educando desenvolva a habilidade evidenciada no descritor 10 (Identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto), faz-se necessário que o professor trabalhe em sala de aula com textos orais e escritos que apresentem variedades linguísticas, pois, assim, o educando será capaz de identificar as marcas linguísticas que correspondem a cada domínio social. Assim, as crianças da 4ª série/5º ano perceberão que as diversas expressões linguísticas, as quais elas costumam ouvir em sua vida cotidiana e que, na maioria das vezes, são rotuladas como “erradas” são perfeitamente adequadas a depender do domínio social em que são utilizadas.

Percebe-se que o professor pode contribuir bastante para a não disseminação do preconceito linguístico diante das variadas formas de expressão que circulam no meio social, porém, é extremamente importante que o mesmo disponha de formação nesta área. Observando a realidade do sistema escolar brasileiro, é possível dizer que há ainda um número considerável de professores das séries iniciais sem formação acadêmica, fator agravante da situação de deficiência do sistema educacional público brasileiro.

A questão a seguir, também pertence à Prova Brasil aplicada em 2011 e foi utilizada para avaliar alunos da 8ª série/9º ano (2011, p. 102)

Exemplo de item:

O homem que entrou pelo cano

Abriu a torneira e entrou pelo cano. A princípio incomodava-o a estreiteza do tubo. Depois se acostumou. E, com a água, foi seguindo. Andou quilômetros. Aqui e ali ouvia barulhos familiares. Vez ou outra um desvio, era uma seção que terminava em torneira.

5 Vários dias foi rodando, até que tudo se tornou monótono. O cano por dentro não era interessante.

No primeiro desvio, entrou. Vozes de mulher. Uma criança brincava. Então percebeu que as engrenagens giravam e caiu numa pia. À sua volta era um branco imenso, uma água límpida. E a cara da menina aparecia redonda e grande, a olhá-lo interessada. Ela gritou: “Mamãe, tem um homem dentro da pia”.

10 Não obteve resposta. Esperou, tudo quieto. A menina se cansou, abriu o tampão e ele desceu pelo esgoto.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Cadeiras Proibidas*. São Paulo: Global, 1988, p. 89.

Na frase “Mamãe, tem um homem dentro da pia.” (l. 9), o verbo empregado representa, no contexto, uma marca de

(A) registro oral formal.
➡ (B) registro oral informal.
(C) falar regional.
(D) falar caipira.

Ilustração 2: Questão da Prova Brasil de 2011, aplicada aos alunos da 8ª série/9º ano.

O objetivo desta questão é cobrar do educando o reconhecimento das variações (gramaticais e lexicais) as quais evidenciam por sua vez características do locutor e interlocutor do ato enunciativo em análise.

O uso do verbo “ter” no sentido de existir denota uma situação comunicativa informal, vivenciada na vida cotidiana. No texto, fica explícito que a situação interativa ocorre entre mãe e filha, daí a justificativa para o uso do referido verbo.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Vale destacar que é essencial levar o educando a perceber a aproximação semântica entre o verbo “ter” com sentido de existir e o verbo “haver”, assim como em que local social se emprega essa expressão sem que haja comprometimento do discurso.

Outro ponto que poderá também ser enfatizado é a questão do registro oral, pois ainda é perceptível no meio social a ideia de que a expressão oral não deve seguir normas, quando, na verdade, sabe-se que, assim como a modalidade escrita, o registro oral deve se adequar às situações de uso, daí a relevância de trabalhar língua portuguesa na perspectiva dos gêneros discursivos, o que de certo modo evidencia a abordagem variacionista.

Para que o professor de Língua Portuguesa colabore com o desenvolvimento do educando quanto à habilidade sugerida no descritor 13, que avalia a competência do aluno para perceber as marcas linguísticas que definem locutor, interlocutor, situações de interlocução e as variações da fala é preciso trabalhar com textos que contemplem registros informais, regionais, expressões características de uma determinada época, entre outros, pois dessa forma o aluno irá adquirir uma postura não preconceituosa diante dos usos linguísticos que se diferenciam dos que são estabelecidos na gramática normativa e dos seus próprios usos.

Segundo informações disponibilizadas pelo Inep no já mencionado livro sobre a Prova Brasil, a porcentagem de alunos da 4ª série/5º ano que assinalaram a alternativa considerada correta, foi de 24%, no que se refere à questão aplicada a 8ª série/9º ano a porcentagem foi de 33%, mostrando um pequeno aumento no número de acertos. Os resultados, quanto às habilidades previstas para o Tópico VI Variação Linguística, comprovam, segundo análise do próprio Inep, a inadequação ou até mesmo a desvalorização do tema por parte de muitos docentes nas aulas de Língua Portuguesa das escolas avaliadas.

Tal comprovação vem corroborar com as expectativas desse trabalho, de identificar a permanência da problemática do preconceito linguístico frente à situação de variação dialetal naturalmente existente na sociedade brasileira e, portanto, da necessidade de se trabalhar em sala de aula essa questão de forma adequada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tocante à temática abordada nesse trabalho “Variação Linguística”, é preciso um olhar cada vez mais apurado por parte do educador acerca do educando e de como ele reage ao interagir com tal conteúdo curricular, percebendo se existe por parte dos alunos algum tipo de preconceito linguístico, muitas vezes herdado dos ensinamentos de professores puristas, preconceito esse que se aplica aos colegas e até a eles próprios e, a partir dessa observação,



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

traçar estratégias de readequação do pensamento dos educandos quanto a suas variedades dialetais, promovendo o respeito ao modo de falar do outro e o entendimento da importância atribuída pela sociedade à variante padrão que poderá e deverá ser dominada pelos estudantes sem prejuízo dos diferentes dialetos, que poderão ser utilizados em diferentes contextos de comunicação.

Como se pode perceber na leitura desse trabalho, a prática muitas vezes não condiz com a teoria, pelo menos não com as novas, que se esperam ser aplicadas, como foi demonstrado na análise das questões da Prova Brasil de 2011 e que também é evidenciado no documento PDE/PROVA BRASIL (2011) citado neste trabalho.

Ainda se persegue um ideal de padronização linguística que venha a eliminar as diferenças. Ora, ninguém pensa da mesma maneira que o outro, então por que a expressão de um pensamento heterogêneo deveria ser feito através de uma manifestação comunicativa homogênea? Se somos tão diversificados fisicamente, qual a razão de alguém falar de forma idêntica a de outro?

Na verdade, o modo como falamos, como nos comunicamos é igual a uma assinatura, cada um tem a sua. Quando alguém fala, dá-se a conhecer, mostra suas características linguísticas, uma marca que nos identifica. Negar a nossa heterogeneidade linguística é negar a nossa própria história.

Em suma, é muito mais interessante que se ofereça oportunidades a todos os alunos de terem acesso a um ensino digno de língua materna, trabalhando de forma coerente a norma padrão, sem desprestigiar nenhuma outra variante. Isso leva os alunos a perceberem a língua como instrumento de poder, identidade e interação, um conhecimento fundamental para conseguir também um espaço digno na sociedade e interagir em diversos contextos sociais.

A nossa língua é dinâmica e devemos cada vez mais buscar compreendê-la em suas variadas formas. Ter preconceito com variantes, acreditando que a língua se resume à gramática normativa, é sinal de uma visão limitada da língua.

Referências

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma Pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MARTINS, Iara Ferreira de Melo. **O ensino de gramática na perspectiva funcionalista: propostas de análises**. In: Linguagens, ensino e pesquisa / organizador Juarez Nogueira Lins – Recife: Ed Universitária da UFPE, 2013.

PCN: **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

PDE: **Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SEB; Inep. 2011.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br